



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 294.907-1 - 10ª Vara Cível - Recife

Agravante: Antenor Floriano de Souza

Agravado: Sul América Cia Nacional de Seguros

Relator: Des. Eduardo Sertório

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. NEGATIVA DA SEGURADORA EM REPARAR O VEÍCULO SINISTRADO. SUPOSTA ALEGAÇÃO DE EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR, FILHO DO SEGURADO. NEGATIVA INJUSTA. INOCORRÊNCIA DO AGRAVAMENTO DO RISCO PELO SEGURADO. TUTELA ANTECIPADA. FORNECIMENTO DE CARRO RESERVA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NA APÓLICE. LIMITAÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE.

1- A culpa exclusiva do filho do segurado na ocorrência de acidente de trânsito, por dirigir supostamente embriagado, não é causa de perda do direito ao seguro, por não configurar agravamento do risco provocado pelo segurado. Precedentes do STJ. Assim, a recusa da seguradora ao não autorizar o conserto dos veículos sinistrados, sob tal argumento, é injusta e, portanto, configura ato ilícito, gerando o dever de indenizar.

2 - Nos contratos de seguro de dano, permeia-se o princípio indenizatório. Segundo este princípio, a cobertura securitária deve se restringir ao ressarcimento do valor do prejuízo efetivamente experimentado pelo segurado, diante do sinistro. Em momento algum, o legislador autorizou o pagamento de algo diferente daquilo que foi contratado e sobre o qual o prêmio é cobrado.

3 - A seguradora não deve fornecer carro reserva para o segurado, em respeito à limitação do vínculo contratual prevista no art. 781, do Código Civil. Afinal, na apólice anexada aos autos não há previsão da referida cobertura.

4- Recurso de agravo não provido por unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 294.907-1 em que figura como Agravante Antenor Floriano de Souza e como Agravado Sul América CIA Nacional de Seguros, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO ao recurso de agravo, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 294.907-1 - 10ª Vara Cível - Recife.**

**Agravante:** Antenor Floriano de Souza

**Agravado:** Sul América Cia Nacional de Seguros

**Relator:** Des. Eduardo Sertório

## RELATÓRIO

**Sul América Cia. Nacional de Seguros** interpôs agravo de instrumento, contra decisão interlocutória proferida pelo juiz da 10ª Vara Cível da Capital.

Na **decisão agravada às fls. 24/26**, o juiz monocrático antecipou os efeitos da tutela requerida por **Antenor Floriano de Souza**, ora agravado, condenando a seguradora a fornecer carro reserva para o autor e para um terceiro envolvido no acidente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na hipótese de descumprimento.

As razões recursais da seguradora são calcadas em dois fundamentos distintos: **a)** existe no processo provas contundentes do Sr. Alison Floriano Lopes de Souza, filho do segurado e condutor do veículo no momento do sinistro, se encontrar embriagado. Assim, por expressa previsão contratual e legal, a seguradora estaria desobrigada a pagar qualquer indenização pactuada; e **b)** não há na apólice, a contratação de carro reserva, motivo pelo qual, de igual modo, não estaria obrigada a arcar com tal obrigação.

O Sr. Antenor apresentou espontaneamente **contrarrazões às fls. 60/96**. Defende a manutenção da decisão antecipatória, pois não há provas da embriaguez do condutor do veículo, pelo contrário, as provas anexadas aos autos demonstram situação inversa; e mesmo existindo a situação de embriaguês, não seria hipótese de exclusão de cobertura, por se tratar de terceiro e não do segurado, segundo reiterada jurisprudência do STJ. No tocante a cobertura do carro reserva, defende ser devida, apesar da não contratação, diante da mora da seguradora, pois passados mais de seis meses do acidente, não pagou as indenizações devidas.

Na **decisão terminativa de fls. 132/134** foi dado provimento ao agravo de instrumento, revogando a antecipação de tutela, desobrigando a seguradora de fornecer carro reserva, pois não foi objeto de contratação, tão pouco foi levado em consideração para o cálculo do prêmio.


Contra esta decisão, o Sr. Antenor interpôs **recurso de agravo**. Nas razões recursais, sustenta que os requisitos da concessão da tutela antecipada não busca fundamento no contrato, mas sim na atitude ilícita da Seguradora. Isso

porque, independentemente da comprovação do estado de embriaguês do filho do segurado, condutor do veículo, a seguradora não poderia negar cobertura, conforme entendimento do STJ, fato este reconhecido na decisão recorrida. Na realidade, o fornecimento de carro reserva mesmo sem existir contratação, está calcado na prática de ato ilícito cometido pela seguradora, quando nega injustamente a cobertura. Acrescenta existir várias decisões do STJ e de outros tribunais do país admitindo a possibilidade de se condenar o segurador em eventos não contratados, existindo ato ilícito.

Pede o prequestionamento dos artigos 168,772 e 781 do CC/02. Defende a existência de mora por parte da seguradora, requerendo a aplicação da exceção da apólice não cumprida nos termos do art. 781 do CC. Acrescenta que o objeto da antecipação da tutela não é o pagamento do prêmio do seguro, mas sim a permanência do *status quo ante*, evitando-se ao segurado permanecer sem veículo até o julgamento do último recurso da ação originária. Por fim, aponta irregularidade na formação do agravo de instrumento pela juntada das peças essenciais para a compreensão da controvérsia.

É o relatório. Sem revisão. Feito independente de pauta.

Recife, 26.9.13

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 294.907-1 – 10ª Vara Cível - Recife**

**Agravante:** Antenor Floriano de Souza

**Agravado:** Sul América Cia Nacional de Seguros

**Relator:** Des. Eduardo Sertório

**VOTO**

A decisão recorrida se encontra assim fundamentada:

*Duas são as questões a ser enfrentadas na presente celeuma. A primeira delas é verificar se o suposto estado de embriaguez do condutor do veículo, quando não é o segurado, autorizaria a seguradora a negar a cobertura contratual.*

*No caso em tela, na apólice de fls. 50/51 consta como proprietário e segurado do veículo, o Sr. Antenor Floriano de Souza.*

*Verifica-se nos relatos trazidos pela seguradora agravante e corroborados pelos documentos anexados às fls. 27/49, no dia do sinistro, o veículo segurado estava sob a condução do Sr. Alison Floriano Lopes de Souza, filho do Sr. Antenor, ora agravado.*

*O Sr. Alison não é o segurado. Assim, independentemente da comprovação do estado de embriaguez ou não, não é motivo para autorizar a negativa de cobertura, conforme torrencial entendimento jurisprudencial do STJ, demonstrado nos seguintes julgados:*

**CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO. EMBRIAGUEZ DE TERCEIRO CONDUTOR. FATO NÃO IMPUTÁVEL À CONDUTA DO SEGURADO. EXCLUSÃO DA COBERTURA. IMPOSSIBILIDADE.**

**- A culpa exclusiva de terceiro na ocorrência de acidente de trânsito, por dirigir embriagado não é causa de perda do direito ao seguro, por não configurar agravamento do risco provocado pelo segurado. Precedentes.**

**- Agravo não provido.**

**(AgRg no REsp 1196799/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 10/08/2012)**

**E mais:**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE AUTOMÓVEL - EMBRIAGUEZ DE TERCEIRO CONDUTOR (FILHO DO SEGURADO) COMO CAUSA DETERMINANTE DO SINISTRO - FATO NÃO IMPUTÁVEL À CONDUTA DO SEGURADO - EXCLUSÃO DA COBERTURA - IMPOSSIBILIDADE - ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESACORDO COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO.**

**(AgRg no REsp 1173139/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 18/05/2011)**

E ainda:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULO. EMBRIAGUEZ DE TERCEIRO CONDUTOR (PREPOSTO). FATO NÃO IMPUTÁVEL À CONDUTA DO SEGURADO. EXCLUSÃO DA COBERTURA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

**1. A perda do direito à indenização deve ter como causa a conduta direta do segurado que importe num agravamento, por culpa ou dolo, do risco objeto do contrato. A presunção de que o contratante-segurado tem por obrigação não permitir que o veículo segurado seja conduzido por pessoa em estado de embriaguez é válida e esgota-se, efetivamente, até a entrega do veículo a terceiro.**

*Precedentes.*

**2. Da leitura das razões expendidas na petição de agravo regimental, não se extrai argumentação relevante apta a afastar os fundamentos do julgado ora recorrido. Destarte, nada havendo a retificar ou acrescentar na decisão agravada, deve esta ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.**

**3. Agravo regimental desprovido.**

(EDcl no REsp 995.861/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 31/08/2009) (grifos acrescidos)

*Com efeito, o fato de terceiro dirigir embriagado na ocorrência do sinistro, não pode ser considerada como causa para a perda do direito do seguro, pois não se configura agravamento do risco provocado pelo segurado.*

*No caso em tela, mesmo supondo que o filho do segurado estivesse embriagado, tal fato, como visto, não acarreta a perda do direito do seguro, pois não diz respeito a figura do segurado. O agravamento do risco, não foi por ele causado.*

*Não há nos autos, qualquer comprovação do segurado ter entregue o veículo ao seu filho já em estado de embriaguez. Na realidade, a própria condição de embriaguez é controvertida.*

*Considerando que o contrato de seguro está sujeito ao Código de Defesa do Consumidor, o ônus da prova pertence a seguradora, onde deveria demonstrar o agravamento do risco por parte do segurado. Como não o fez, entende-se, que uma vez entregue o veículo ao seu filho, a conduta de agravamento direto do risco pela embriaguez, não pode ser imputada ao segurado.*

*Assim, não é lícita a negativa da seguradora em dar ao segurado, a cobertura do sinistro contratado.*

*Segundo o art. 768 do CC, o segurado perderá o direito a garantia, se ele segurado, agravar intencionalmente o risco objeto do contrato. No caso em epígrafe, não foi o segurado, mas sim, supostamente, terceiro, quem agravou diretamente o risco, portanto, como visto, não causa a perda do direito ao seguro.*

*Superada tal questão, passa-se a seguinte. Esta diz respeito a observância dos limites da contratação, conforme estabelecem os arts. 757 e 781.*

*Com efeito, não se verifica na apólice do contrato de seguro, qualquer cobertura de fornecimento de carro reserva para o contratante e terceiros envolvidos no sinistro.*

162  
1

O art. 781 do CC, estabelece:

Art. 781. A indenização não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do sinistro, e, em hipótese alguma, o limite máximo da garantia fixado na apólice, salvo em caso de mora do segurador.

Como é cediço, nos contratos de seguro de dano, permeia-se o princípio indenizatório. Segundo este princípio, a cobertura securitária deve se restringir ao ressarcimento do valor do prejuízo efetivamente experimentado pelo segurado, diante do sinistro.

Em outras palavras, pretende-se evitar que o seguro possa ser fonte de enriquecimento do segurado, de modo a colocá-lo em situação melhor da que teria, se o sinistro não tivesse ocorrido. Isso porque, o seguro se forma por um fundo composto pelos prêmios pagos por uma universalidade de segurados, gerido por um segurador e só pode ser desfalcado pela devida reparação a que se destina. O fundo e os prêmios que o constituem resultam de um cálculo de probabilidade dos sinistro em relação a garantia que se contratou. O seguro se presta tão-somente à recomposição, e não ao fomento do patrimônio do segurado, desfalcado pelo sinistro contra o qual se pretendeu garantir.<sup>1</sup>

No caso em tela, verifico na apólice anexada aos autos (fls. 50/51), não existir cobertura para fornecimento de carro reserva ao segurado, tão pouco terceiros.

O agravado, se apegua a parte final do art. 781, imputando a condição de mora à seguradora, para exigir obrigação diversa da contratada.

Ora, a ressalva feita pelo legislador no referido artigo, diz respeito a possibilidade do segurador em caso de mora ultrapassar o valor do prejuízo da coisa, com os acréscimos estipulados no art. 772 do CC, quais sejam, atualização monetária e juros moratórios. Em momento algum, o legislador autorizou o pagamento de algo diferente daquilo que foi contratado e sobre o qual o prêmio é cobrado.

Sob tal aspecto, impende transcrever o posicionamento do STJ.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. SEGURO. IMÓVEL. PERDA TOTAL DO BEM. PAGAMENTO. VALOR DA APÓLICE. QUITAÇÃO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. DECISÃO PROFERIDA POR DESEMBARGADOR CONVOCADO. OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA.

1. O valor da indenização a ser paga em caso de perda total do imóvel, é baseada no valor da apólice.

2. A quitação dada pelo segurado, no caso de cumprimento parcial do contrato, não impede o ingresso em juízo.

3. Não configura ofensa ao princípio do juiz natural, decisão proferida por Desembargador convocado para atuar nesta Corte Superior, uma vez que a medida excepcional de convocação encontra amparo na Portaria nº 557 de 17.12.2008, nos termos do art. 56 do Regimento Interno/ STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 553.839/SC, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 29/10/2009)

<sup>1</sup> GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *Código civil comentado. Doutrina e jurisprudência*. 3. Ed. (coord. César Peluso). São Paulo: Manole, 2009, p. 771.

E mais:

**CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. SINISTRO. FURTO DE VEÍCULO. AGRAVAMENTO DE RISCO. NÃO CONFIGURADO. REDISCUSSÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. VALOR DA APÓLICE. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.**

**I. Inadmissível revolvimento de fatos e provas em que constituído os julgamentos proferidos pelas instâncias ordinárias, em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ.**

**II. O valor da apólice deve ser observado no cálculo da indenização, tendo em vista o pagamento do prêmio respectivo.**

**III. Os juros de mora são devidos desde a citação, em caso de ilícito contratual (art. 406 do Código Civil).**

**IV. Recurso especial conhecido em parte, e parcialmente provido.**

(REsp 651.555/MT, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 16/11/2009)

**CIVIL - SEGURO DE AUTOMÓVEL - PERDA TOTAL DO BEM - INDENIZAÇÃO - VALOR DE MERCADO (IMPOSSIBILIDADE) - PAGAMENTO DA QUANTIA ESTIPULADA NA APÓLICE - ARTS. 1462 E 1438 DO CÓDIGO CIVIL C/C CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.**

**I - No seguro de automóvel, em caso de perda total, a indenização a ser paga pela seguradora deve tomar como base a quantia ajustada na apólice (art. 1462 do Código Civil), sobre a qual é cobrado o prêmio.**

**II - É abusiva a prática de incluir na apólice um valor, sobre o qual o segurado paga o prêmio, e pretender indenizá-lo por valor menor, correspondente ao preço de mercado, estipulado pela própria seguradora.**

**III - Recurso não conhecido.**

(REsp 191.189/MG, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 05/03/2001, p. 154)

Como visto, não foi incluída na cobertura, conseqüentemente, não fez parte do cálculo do prêmio, a cobertura de carro reserva pesseguida pelo ora agravado.

Neste toar, a decisão recorrida contraria o entendimento do STJ, pois condena à seguradora a conceder cobertura não contratada, não prevista na apólice e sobre a qual não foi cobrado prêmio.

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, §1º do CPC, **DOU PROVIMENTO** ao presente recurso para reformar a decisão agravada, desobrigando a seguradora Sul América Cia Nacional a fornecer carro reserva ao agravado e a terceiros, por não constar tal obrigação no contrato de seguro firmado entre os litigantes.

Como visto, duas premissas foram construídas em decorrência da tese sustentada pela seguradora agravante. A primeira, cuida da **(i)legalidade da negativa de cobertura**, sustentada no fato do condutor do veículo sinistrado, se encontrar em suposto estado de embriaguês.

A questão foi refutada na decisão recorrida, pois o condutor não era o segurado e sim o seu filho, portanto, seguindo a linha de precedentes do STJ, não foi o segurado quem agravou o risco do contrato. Por tais razões, considerou-se equivocada a negativa da seguradora.

Já no tocante a segunda premissa, houve o seu acolhimento. Segundo a seguradora, no contrato celebrado entre os litigantes, **não há previsão para**

163  
1

**cobertura de carro reserva**, assim, a tutela antecipada estaria ultrapassando os limites da contratação.

Justamente por partir da premissa sobre a **limitação do vínculo contratual prevista no art. 781, do Código Civil**, entendi em dar razão à seguradora.

Assim, é de se constatar já ter a decisão agravada analisado fartamente todas as questões ora alegadas, não havendo razão a ensejar a modificação do julgado.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso, para manter a decisão monocrática na íntegra.

É como voto.

Recife, *de . 5 . 3*

*[Assinatura]*  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator